

Fintechs não cumpriram a promessa de trazer maior competitividade e juros menores

O sistema financeiro brasileiro tem uma característica *sui generis*: a presença cada vez mais frequente das fintechs, empresas de tecnologia que não seguem a regulamentação implementada pelo Banco Central, mas que funcionam como bancos, oferecem serviços como bancos – e faturam tal qual os bancos.

No geral, as fintechs pagam menos tributos em relação aos bancos tradicionais, além disso, seguem beneficiadas com menos responsabilidades trabalhistas e prudenciais (normas que exigem garantias de segurança e solidez para o sistema financeiro) que os bancos.

Havia também a promessa de que a concorrência entre bancos e fintechs resultaria na queda dos juros em todo o sistema financeiro. Entre a série de medidas que beneficiam a explosão de fintechs no país estava a tributação diferenciada.

Até bem pouco tempo, essas empresas pagavam 9% de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Mas, com o objetivo de padronizar corrigir distorções em relação aos bancos tradicionais, que hoje respondem à alíquota de 20% de CSLL, em junho, o governo federal publicou a Medida Provisória (MP) 1.303/2025 que elevou a cobrança para 15% na CSLL às fintechs.

O fato é que, passada mais de uma década desde que o Banco Central realizou a primeira política de incentivo para a entrada das empresas de tecnologia no serviço financeiro, em 2011, o brasileiro segue exposto a cobranças abusivas de taxas de juros.

Caixa não apresenta proposta e impasse sobre Saúde Caixa continua

A Comissão Executiva dos Empregados da Caixa (CEE/Caixa) e representantes do banco voltaram a se reunir nesta sexta-feira (19), para mais uma mesa de negociação sobre o plano de saúde e outros temas relevantes sobre os direitos dos trabalhadores.

O encontro, realizado presencialmente em Brasília (DF), teve como foco o cenário atual do plano, os desafios para sua sustentabilidade e a cobrança por uma proposta concreta por parte do banco, que, até o momento, não apresentou nenhuma para resolver o impasse.

Os representantes dos empregados reafirmaram que não aceitarão propostas que alterem os princípios do plano, como solidariedade, mutualismo e pacto geracional, e cobraram que a Caixa retome a proporção histórica de financiamento 70/30, bem como um aporte imediato do banco para garantir reajuste zero em 2025.

A Caixa ficou de apresentar proposta sobre o Saúde Caixa em até, no máximo, 15 dias.

- Leia essas matérias, em sua íntegra, em nossa página na Internet -